

ATUALIDADE

ECONÔMICA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Ano 12 N° 37

Janeiro/Junho 2000

CONTEÚDO

Têxteis Catarinenses nos Anos 90.	
<i>Hoyêdo Nunes Lins.</i>	2
Algumas Observações sobre Clusters em Santa Catarina.	
<i>Jörg Meyer-Stamer.</i>	5
A Moeda Única Européia: Uma Avaliação da sua Performance Recente.	
<i>Anton Peter Müller.</i>	10
Dissertações de Mestrado defendidas no CPGE-UFSC.	
	14

Têxteis Catarinenses nos Anos 90

Hoyêdo Nunes Lins
Prof. Dep. Economia/UFSC

As indústrias têxteis e vestuaristas figuram entre as mais atingidas pelas mudanças que marcaram a economia brasileira nos anos 90, principalmente as relativas à abertura comercial e ao Plano Real. A redução, em escala de país, do número de empresas e do contingente empregado nessas indústrias constitui boa ilustração do significado de tais mudanças: nos segmentos de fiação, tecelagem, malharia e acabamento têxtil, por exemplo, a quantidade de firmas diminuiu 23% e os empregos associados despencaram 56% entre 1990 e 1996 (Lins, 1998).

Reduto de produção têxtil-vestuarista, com destaque nacional e internacional, Santa Catarina não ficou imune à avalanche de importações e aos problemas de inadimplência e retração do mercado que caracterizaram boa parte dos anos 90. Tendo em vista a importância histórica dessas indústrias no estado, seja em termos de produto, seja em matéria de emprego, os reflexos das mudanças econômicas recentes na produção têxtil-vestuarista catarinense configuram assunto de evidente importância.

Acirramento da concorrência

As atividades da cadeia têxtil-vestuarista como um todo foram afetadas em Santa Catarina, porém as adversidades revelaram-se maiores nas pequenas e médias empresas (PMEs), haja vista as limitações estruturais desse segmento empresarial. Essas empresas foram afetadas direta e indiretamente, pois tiveram que enfrentar a concorrência de produtos importados (principalmente asiáticos, mais baratos) nos seus próprios mercados e, ao mesmo tempo, viram-se obrigadas a lidar com as reações de clientes e concorrentes nacionais também atingidos pela concorrência exacerbada.

Os poucos casos de imunidade (ao menos relativa) refletiram especificidades de produtos ou de formas de comercialização, em certos casos em virtude de providências mais ou menos precoces de diferenciação da oferta, que permitiram galgar novos patamares de mercado. Essas iniciativas geralmente denotaram uma certa visão estratégica e capacidade de antecipação por parte de algumas firmas. Entretanto, em sua grande maioria, as empresas não conseguiram protagonizar movimentos efetivos nessa direção, principalmente entre as firmas de menor porte.

Tentativas de modernização

As reações ao novo quadro concorrencial envolveram tentativas de modernização das estruturas produtivas que incluíram compras de máquinas e equipamentos novos, freqüentemente de origem estrangeira e não raro com microeletrônica embarcada (teares, máquinas de costura etc). Implicaram também iniciativas de cunho organizacional, como a introdução de células de produção, controle estatístico de processo e *kanban/just-in-time*. Disseram ainda respeito ao fortalecimento das atividades de criação, com ênfase em aspectos como *design*, estilismo e modelagem, o que repercutiu na composição do quadro de funcionários de algumas empresas.

As aquisições no exterior tornaram-se facilitadas pela própria abertura comercial, cujos efeitos foram amplificados pela política de câmbio do Plano Real, e pelas condições de pagamento oferecidas pelos fabricantes, caracterizadas por juros menores e prazos mais longos. Essas compras abrangeram igualmente insumos, o que contribuiu para nutrir estratégias de diferenciação de produto e redução de custos. Abarcaram ainda, mesmo que só em poucas firmas, a importação de produtos acabados com vistas à revenda.

Entretanto, desenvoltura nas direções indicadas só caracterizou as firmas melhor estruturadas. No universo das PMEs catarinenses, isso geralmente quer dizer empresas de porte médio com gestão profissionalizada e desempenho relativamente mais destacado, com maior presença no mercado. Nas empresas menores, a tendência foi de investimentos relativamente menores, principalmente entre pequenos fabricantes de artigos de vestuário.

É ilustrativo que bem poucas firmas disponham da tecnologia CAD, de utilização disseminada internacionalmente e fundamental no padrão de concorrência das indústrias em foco. É também sugestivo que: o parque instalado seja consideravelmente antigo, caracterizado pela convivência de máquinas de distintas (e distantes) gerações; só poucas firmas tenham avançado em qualidade e produtividade, principalmente se forem considerados os programas ou as iniciativas de cunho formal; as estruturas de gestão predominantes sejam familiares, sem registro de quadros profissionais e tampouco de mudanças organizacionais.

Racionalização no uso da mão-de-obra e terceirização

O que realmente caracterizou as reações da maioria das PMEs têxteis e vestuaristas catarinenses foi a racionalização no uso da mão-de-obra. As estatísticas de emprego são eloquentes a esse respeito, sobretudo nas regiões onde essas indústrias representam parcela expressiva da estrutura industrial: na área de influência do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Blumenau, o emprego recuou 25% entre 1990 e 1997, em empresas de diferentes tamanhos.

Os números sobre emprego refletem uma escalada de demissões que resulta de estratégias de modernização e principalmente do aprofundamento da terceirização. A segunda tendência foi amplamente utilizada para reduzir custos e flexibilizar a produção, objetivos que as empresas consideraram essenciais frente às oscilações do mercado e ao acirramento da concorrência.

Para a maioria das empresas, a terceirização relaciona-se só às atividades de costura e não possibilita o surgimento de vínculos densos e pautados em cooperação. Em diferentes casos, a “externalização” de etapas do processo produtivo ocorre permeada das tensões inerentes à lógica de “descarregar nas *facções* o peso das mudanças no mercado”, conforme reconheceu sem constrangimento um empresário do setor.¹ A terceirização resulta ainda na intensificação do trabalho entre os contingentes de trabalhadores mantidos pelas empresas e no agravamento do caráter precário das relações de trabalho, o que é próprio, sem ser exclusivo, da transferência de atividades para unidades de tipo “fundo de quintal”, por exemplo.

À guisa de conclusão

A heterogeneidade que normalmente caracteriza as indústrias têxteis e vestuaristas refletiu-se no modo como as mudanças macroeconômicas recentes afetaram as PMEs catarinenses desses setores e nas reações destas ao novo quadro concorrencial.

A importância dessas indústrias em Santa Catarina autoriza postular que medidas de apoio a tais setores e empresas configuram providência essencial. É necessário realçar que as medidas devem ser formuladas em sintonia com as necessidades das regiões produtoras e com as tendências internacionais das indústrias têxteis e vestuaristas, isto é, devem se mostrar alinhadas aos aspectos centrais do padrão de concorrência dessas indústrias. O estímulo à cooperação interfirma no plano local-regional, com vistas à *eficiência coletiva* (expressão que ressalta a importância das ações conjuntas entre agentes econômicos territorializados), há de figurar no centro de quaisquer iniciativas de promoção.

Em diferentes áreas de produção têxtil-vestuarista em Santa Catarina há registros de iniciativas protagonizadas sob o signo do interesse coletivo. Os exemplos incluem: convênio entre o sindicato patronal de Criciúma e o SENAI local para a disponibilização de sistema CAD para os fabricantes da região; criação de estruturas de comercialização em áreas como Brusque e Criciúma, no intuito de aproveitar o turismo de compras; movimentos com vistas à formação de consórcios de exportação envolvendo empresas menores. Todavia, geralmente se trata de iniciativas pontuais e de alcance restrito, e isso legitima considerar ser necessário ampliá-las e aprofundá-las.

¹Entrevistado pelo autor. *Facção* é termo que designa o tomador de encomendas, na qualidade de terceiro ou subcontratado, nas indústrias têxteis e vestuaristas.

Acredita-se que inocular o sentido de compartilhação entre os atores que integram os sistemas produtivos locais-regionais é providência básica para o enfrentamento de períodos de adversidades.² Note-se que iniciativas com esse teor podem ter um alcance mais abrangente do que a promoção de setores de atividades e de empresas. Nos objetivos de tais medidas pode e deve figurar o estímulo ao *desenvolvimento local-regional* de uma forma ampla.

Referências bibliográficas

- LINS, Hoyêdo N. Marco regulatório, reestruturação produtiva e competitividade de pequenas e médias empresas do complexo têxtil-vestuário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26., Vitória, dez. 1998. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEC, 1998. V. 2, p. 1391-1410.
- LINS, Hoyêdo N. *Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

² Uma abordagem mais detalhada sobre a problemática do apoio e do estímulo aos sistemas produtivos locais-regionais, no que se refere às indústrias têxteis e vestuaristas catarinenses, encontra-se em Lins (2000).

Algumas Observações sobre Clusters em Santa Catarina

*Jörg Meyer-Stamer**

Prof. Universidade de Duisburg/Alemanha

Uma das principais características da economia catarinense é a forte presença de clusters. Um cluster é um pólo industrial com um forte grau de especialização; o exemplo do Brasil mais citado, na literatura internacional, é o polo da indústria de calçados femininos no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul (Schmitz, 1995, 1998).

No estado de Santa Catarina, os casos mais óbvios são o cluster da indústria de roupa de cama, mesa e banho no Vale do Itajaí, o cluster de vestuário de malha, também no Vale do Itajaí e o cluster moveleiro de São Bento. Estes são clusters fortes, com um perfil de especialização muito claro, cujo peso econômico domina os respectivos municípios.

Outro cluster forte, mas com um peso não tão dominante na economia regional, é o cluster da cerâmica de revestimento na região de Criciúma. Há também o pólo eletro-metalmecânico de Joinville e Jaraguá do Sul.

Além disto, estão surgindo novos clusters na área de software em Florianópolis, Blumenau e Joinville, cada um com características distintas.

Falando de clusters, a fonte clássica é o Alfred Marshall, que há mais de um século tinha descrito o fenômeno do “Industrial District” – a aglomeração territorial de empresas do mesmo ramo, de ramo similar ou muito relacionado, onde mão-de-obra especializada, insumos e prestação de serviços estão facilmente disponíveis e as inovações tornam-se rapidamente conhecidas. Só que tal observação tinha sido esquecida, até que, na década de 80, veio a mensagem da Itália de que lá as respectivas estruturas tinham-se manifestado extremamente dinâmicas (Piore e Sabel, 1984; Pyke, Sengenberger e Becattini, 1990). Tal descoberta coincidiu com observações feitas em outras partes do mundo e em outras áreas. Geógrafos da economia nos Estados Unidos detectaram, no próprio país e em outros países da Europa, estruturas como aquelas que já tinham sido descritas por Marshall (Storper 1993, 1995).

O guru de administração de empresas, Michael Porter, publicou em 1990 “A Vantagem Competitiva das Nações” (Porter, 1990), que, na verdade, trata de clusters bem sucedidos em vários países; e os clusters de Porter basicamente não diferem da publicação de Marshall, ou seja, são “Industrial Districts”.

Voltando à experiência da Itália, alguns casos de “Industrial Districts” relatam uma experiência excepcional – em termos de dinamismo econômico e estruturas internas. Porém, estas histórias só trouxeram uma fotografia, e não um filme, ou seja,

* Consultor da Fundação Empreender, Joinville, Brasil. As observações apresentadas neste artigo se baseiam numa série de pesquisas de campo (Meyer-Stamer, 1998) e projetos de apoio para iniciativas de estímulo ao desenvolvimento econômico local (“Projeto Marketing Municipal”, Meyer-Stamer, 1999). E-mail: jorg@meyer-stamer.de

uma análise dinâmica da evolução de sistemas produtivos localizados. Desta forma, a análise traz uma imagem menos excepcional – tipos de evolução muito distintos, fortalecimento e também enfraquecimento de “Industrial Districts”, processos de concentração, e até crises profundas (Brusco, 1996). Além disto, é evidente que há mais casos de sistemas produtivos localizados com um alto nível de especialização a relatar.¹ Destas análises surgem várias observações gerais, que também se aplicam à experiência catarinense. Pode-se sintetizar que há quatro observações principais:

1. Há uma diferença importante entre vantagens passivas e ativas.
2. A mobilização de vantagens ativas é muito difícil.
3. A integração em cadeias internacionais de valores tem um impacto muito importante sobre as estruturas internas de um cluster.
4. As condições macroeconômicas e macropolíticas têm um efeito forte sobre as estruturas internas de um cluster.

Vantagens ativas e passivas

O ponto de partida é a observação de que um cluster oferece grande potencial para a criação de vantagens competitivas, mesmo sem a intervenção do Governo ou de outros atores, resultando numa série de vantagens de localização; Nadvi (1997) chama isto de “vantagens passivas”. Tomemos, por exemplo, uma cidade em que há uma gama de empresas moveleiras. Aqui é relativamente fácil encontrar mão-de-obra qualificada e com experiência. Não é difícil encontrar produtos semi-acabados e máquinas. E mesmo as vendas são mais fáceis de serem realizadas do que em outro lugar, pois os fregueses, por si, freqüentam a cidade, sabendo que aqui encontram grande variedade de oferta. A rivalidade entre as empresas é marcante, de forma que é grande a pressão para aumentar a competitividade.

Ao mesmo tempo – especialmente nos “Industrial Districts” italianos – é comum a cooperação entre as empresas, e isso tanto ao longo da cadeia de valor, quanto horizontalmente; segredos empresariais raras vezes se mantém confidenciais por muito tempo. Condições de entrega e outras formas de cooperação entre empresas, muitas vezes, são regulamentadas de modo informal. O capital social cria a condição para as relações confidenciais e ao mesmo tempo coloca à disposição possibilidades para se tomar medidas de emergência contra um procedimento oportunista.

Além disso, são criadas vantagens de localização através de ação coletiva ou governamental – p.ex., uma escola técnica, um laboratório de provas de material e certificação, uma agência de informações do comércio exterior, e outros mais. Dessa forma, é possível desenvolver uma vantagem de localização, que em outro lugar dificilmente poderia ser compensada, fornecendo à empresa local permanentes vantagens de competitividade. Trata-se de uma vantagem “ativa”.

Olhando para os clusters catarinenses, percebe-se relativamente pouco esforço para criar vantagens ativas. O “case” mais expressivo, na década de 90, foi o do cluster cerâmico de Criciúma. As empresas não só são muito envolvidas em

¹ Ver, por exemplo, a edição de setembro de 1999 da revista *World Development*.

associações empresariais (como o sindicato e a Anfacer, a Associação Nacional do setor), mas também conseguiram a criação do Centro de Tecnologia em Cerâmica e de um curso de tecnólogo na universidade regional. Nos outros clusters, não há experiências deste tipo. A Fundação Blumenauense de Estudos Têxteis, criada na década de 60, até hoje só atende as empresas afiliadas e evoluiu de uma maneira pouco expressiva. As empresas moveleiras de São Bento do Sul criaram, em 1975, a FETEP como centro tecnológico e de formação, mas deixaram-na entrar em decadência no final da década de 80 e início da década de 90. Os empresários de Jaraguá do Sul, embora sendo muito ativos em atividades comunitárias através da Associação Comercial e Industrial, não conseguiram criar uma estrutura de suporte adequada às necessidades nas áreas de formação profissional, ensino superior e tecnologia.

Obstáculos à criação de vantagensativas

As observações que seguem referem-se ao segundo ponto assinalado acima, de que é muito complicado a criação de vantagensativas num cluster com pouca tradição de cooperação e ação coletiva. Esta observação não bate com as experiências da Itália, e também não é compatível com uma visão teórica baseada na economia institucional. Nesta visão, as vantagens de cooperação em termos de redução de custos de transação (por exemplo, em termos de menos necessidade de controle minucioso de fornecimentos) e resolução de problemas tipo Principal-Agent (no que diz respeito à orientação de centros de formação profissional) são óbvias. Porém, de uma outra perspectiva teórica, não se trata de uma surpresa. Dentro de uma conceitualização baseada na teoria de jogos, é óbvio que um jogo cooperativo como também um jogo não cooperativo têm uma alta estabilidade. Baseado em experimentos, sabe-se que, tipicamente, em jogos do dilema de prisioneiros repetidos surge cooperação (Axelrod, 1984). Porém, dentro de um cluster é mais provável que ocorra um jogo não cooperativo, e isso por duas razões. Primeiro, o que é igual para todos os clusters, o relacionamento entre empresas, ou, melhor dizendo, entre empresários, é marcado por concorrência. Assim, são necessários certos elementos não econômicos, como uma sócio-cultura local, que permitem superar esta orientação; aí está uma das razões principais da experiência italiana. A outra razão tem a ver com um aspecto específico da experiência brasileira: pelo menos nos últimos 20 anos não havia jogos repetidos. O governo mudou com tanta freqüência as regras de jogo que cada negociação era algo novo, sem precedentes.

Então, é pouco provável que um cluster não cooperativo evolua facilmente para um alto nível de cooperação. A experiência de Criciúma é instrutiva neste sentido: a cooperação entre empresas surgiu no início da década de 90 como resultado de uma crise muita profunda, que não permitiu manter o velho modelo predatório e não colaborativo. Um outro aspecto também foi favorável: a convivência com as estruturas existentes em Sassuolo (Itália) e Castellón (Espanha), os principais clusters no mundo neste setor, onde há uma experiência forte de colaboração e ação coletiva. Nenhum

destes dois fatores se aplicam aos outros clusters catarinenses, e até em Criciúma, depois de conseguir os principais alvos da ação coletiva (cursos avançados, Centro Tecnológico, gás natural) a cooperação entre empresas diminuiu significativamente.

Integração em cadeias internacionais

Um fator adicional que pode complicar a ação local é a maneira como um cluster é integrado em cadeias internacionais. Raramente um cluster fornece para um mercado internacional anônimo. De fato, este tipo de comércio internacional é cada vez mais raro, e hoje envolve principalmente produtos agrícolas e minerais padronizados, como soja ou cobre. O que prevalece é o comércio internacional dentro de empresas, que tem uma participação em torno de 50% do comércio internacional, e o comércio dentro de cadeias internacionais. Em muitos setores, principalmente aqueles de produtos menos complexos, como sapatos, vestuário ou móveis, são empresas nos países avançados que estão definindo as regras do jogo (Gereffi, 1996).

No que diz respeito aos clusters catarinenses, este fato é expressivo no caso do cluster moveleiro de São Bento do Sul. A grande maioria das empresas são integradas de uma maneira passiva em cadeias internacionais, dominadas por tradings e grandes cadeias de varejo na Europa e nos E.U.A., que mandam não só pedidos, mas também os designs. É freqüente o caso destes clientes criarem um leilão entre potenciais fornecedores dentro do cluster, contratando aquele com o preço mais baixo. Também houve casos nos quais, depois do leilão, uma outra empresa ofereceu um preço ainda mais baixo e recebeu o contrato. Assim, fortaleceu-se, através do comportamento dos compradores estrangeiros, uma cultura não cooperativa, que já era muito forte no local.

Condições macroeconômicas e macropolíticas

É óbvio que o desempenho de um cluster depende das condições macroeconômicas e macropolíticas. Porém, há neste sentido observações que não são triviais. Primeiro, o sistema de tributos no Brasil cria obstáculos à desverticalização e com isso desestimula o principal mecanismo de colaboração entre empresas. Como há certos tributos em cascata, em muitos casos não faz sentido, economicamente, desverticalizar. Um segundo elemento é a prática de mudanças freqüentes nas regras do jogo, que já foi mencionado. Terceiro, a velha prática de “ir a Brasília” para buscar soluções de problemas cria uma cultura local pouco propiciadora às iniciativas locais. Quarto, para uma empresa é praticamente impossível respeitar todas as leis, inclusive porque algumas são contraditórias. Este fato cria um senso de vulnerabilidade e faz com que um empresário prefira não abrir a empresa para possíveis concorrentes, um fato que complica muito as atividades conjuntas em áreas como colaboração tecnológica.

Perspectivas

A partir daí conclui-se ser pouco provável que no futuro próximo clusters em Santa Catarina desenvolverão o grau de colaboração e ação coletiva que parece ser comum nos “Industrial Districts” da Itália. Iniciativas nesta direção, independente da entidade que as perseguem, enfrentarão grandes obstáculos.

Porém, não se pode subestimar as vantagens competitivas baseadas em vantagens passivas. Neste sentido, sem dúvida, os clusters em Santa Catarina ainda usufruem de um grande potencial. Como mostra a experiência da indústria de vestuário de malha no Vale do Itajaí, até com um esforço coletivo muito modesto, tipicamente baseado em iniciativas individuais de instituições de suporte, e um nível de colaboração quase inexistente, é possível passar por um processo de restruturação de uma maneira relativamente tranquila, seguindo para um novo modelo de competitividade, agora muito mais baseado em empresas de pequeno e médio porte que replicam fortemente a disposição não cooperativa antigamente mostrada pelas grandes empresas do setor. Neste sentido, a presença de clusters é um elemento muito forte na economia catarinense.

Bibliografia

- AXELROD, R.. *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books, 1984.
- BRUSCO, Sebastiano, et al. The evolution of industrial districts in Emilia-Romagna. In: COSSENTINO, Francesco; PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner. *Local and regional response to global pressure: The case of Italy and its industrial districts*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1996. p. 17-36. (Research Series, 103.)
- GEREFFI, Gary. Global Commodity Chains: New Forms of Coordination and Control Among Nations and Firms in International Industries. *Competition and Change*, vol. 4, p. 427-39, 1996.
- MEYER-STAMER, Jörg. Path dependence in regional development: persistence and change in three industrial clusters in Santa Catarina, Brazil. *World Development*, v. 26, n. 8, p. 1495-1511, 1998. Disponível na internet. <http://home.t-online.de/home/meyer-stamer/1998/path.pdf>.
- MEYER-STAMER, Jörg. *Participatory Appraisal of Competitive Advantage (PACA): A Methodology to Support Local and Regional Development Strategy Initiatives, based on the Systemic Competitiveness Concept*. Revised draft. Disponível na internet. <http://home.t-online.de/home/meyer-stamer/1999/paca2.pdf>, 1999.
- NADVI, Khalid. *The Cutting Edge: Collective Efficiency and International Competitiveness in Pakistan*. Brighton: Institute of Development Studies (Discussion Paper, 360), 1997.
- PIORE, Michael J., SABEL, Charles F. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books, 1984.
- PORTER, Michael E. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: The Free Press, 1990.
- PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. *Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.
- SCHMITZ, Hubert. Small Shoemakers and Fordist Giants: Tale of a Supercluster. *World Development*, vol. 23, n. 1, p. 9-28, 1995.
- SCHMITZ, Hubert. *Responding to Global Competitive Pressure: Local Co-operation and Upgrading in the Sinos Valley, Brazil*. Brighton: Institute of Development Studies, 1998. (Working Paper, 82.)
- STORPER, Michael. Regional 'Worlds' of Production: Learning and Innovation in the Technology Districts of France, Italy and the USA. *Regional Studies*, vol. 27, n.5, p.433-55, 1993.
- STORPER, Michael. The Resurgence of Regional Economies, Ten Years Later: The Region as a Nexus of Untraded Interdependencies. *European Urban and Regional Studies*, vol. 2, n. 3, p. 191-221, 1995.

A Moeda Única Européia: Uma Avaliação da sua Performance Recente

Anton P. Müller
Prof. da Universidade de Erlangen-Nürnberg e UFSC

Ao introduzir-se o *euro* no dia 1.º de janeiro 1999, a evolução da União Européia alcançou uma nova etapa, e se move no caminho de estabelecer uma identidade européia comum. Tal qual a criação da Comunidade Econômica em 1957 e o Mercado Interno Comum em 1992, a *criação* de uma moeda comum também é uma etapa do processo da união política que inclui a política estrangeira e a política de defesa.

O ‘Tratado de Maastricht’ de 1992, que serve quase como uma Constituição Européia, determina que a União estabeleça um Banco Central Europeu (BCE) com uma independência do mais alto grau para manter a meta principal da estabilidade do nível de preços e que os governos nacionais e os Órgãos Comunitários não devem intervir ou dar conselhos para as decisões do BCE. Adicionalmente, o Tratado especificou critérios detalhados para a participação:

1. Uma taxa de inflação que não seja maior que 1,5 pontos percentuais acima dos três países com a taxa de inflação mais baixa;
2. Uma taxa de juros que não seja maior que 2 pontos percentuais acima dos três países com as taxas de juros mais baixas;
3. A participação sem desvalorização no Sistema Cambial do Sistema Monetário Europeu (SME) pelo menos nos dois últimos anos;
4. Um déficit público não maior que 3% do PIB e uma dívida governamental não maior que 60% do PIB, ou então a tendência para obter estas normas.¹

Teoricamente, o Banco Central Europeu agora representa um dos bancos centrais mais independentes do mundo. O modelo para a construção do BCE era o Bundesbank, que já era um banco central muito autônomo. Mas o grau de independência do BCE é maior que do Banco Central de Alemanha, pois o status de independência do BCE tem caráter constitucional. A estrutura do Banco Central Europeu se caracteriza por os seguintes elementos:

1. Prioridade estrita da política monetária em favor da estabilidade de preços (art. 105 do Tratado de Maastricht);
2. É proibido que os órgãos políticos da Comunidade e os governos nacionais dêem instruções ou conselhos ao BCE (art. 107);
3. É proibido que o BCE forneça créditos diretos para o financiamento dos déficits estatais (art. 104);

¹ Protocolos adicionais do Tratado de Maastricht.

4. A política cambial não deve violar a meta da estabilidade de preços (art. 109).

No segundo semestre de 1998, quando ficou mais e mais claro que o *euro* iria ser introduzido no dia 1.^º de janeiro de 1999, as perspectivas para a introdução de uma moeda única na Europa foram muito otimistas. Primeiramente, os *experts* previram que a nova moeda podia assumir um papel importante como divisa de reserva internacional. Em segundo lugar, porque os países formadores da “zona do euro” registravam balanças externas positivas e, dessa forma, esperava-se que o euro nasceria como moeda excessivamente forte. De acordo com estas esperanças, o Euro sintético subiu fortemente nos últimos meses do ano 1998 e o seu valor alcançou quase \$1.20. Houve a expectativa de que uma parte das moedas de reserva iria ser trocada em *euros*, e que os bancos centrais do espaço do *euro* venderiam suas reservas em dólares que não seriam mais necessárias. Esperava-se que esta tendência fosse continuar, pois o déficit em conta corrente dos Estados Unidos continuava a crescer e, em contrapartida, o superávit da zona do euro cresceu durante nos últimos anos com as previsões de uma taxa de inflação mais baixa que os Estados Unidos. Grande foi a surpresa quando a nova moeda caiu fortemente desde a sua introdução e perdeu mais de 20% de seu valor ante o dólar até fevereiro do ano 2000.²

As perspectivas mudaram devido a dois fatores e a pergunta central agora é se esses fatores serão permanentes ou transitórios e em que forma estas mudanças podem ajudar ou frear o caminho do euro para se estabelecer como uma moeda de reserva internacional. Em primeiro lugar, o crescimento econômico dos Estados Unidos foi muito mais forte que o previsto na Europa, onde este foi mais fraco. Em segundo lugar, apareceram problemas com a implementação da política monetária na Europa. Destes fatores, o primeiro parece de uma forma transitória e já existem dados que apontam que a taxa crescimento na Europa está no processo de subida, enquanto que uma recessão nos Estados Unidos parece cada dia mais provável. O outro problema é mais fundamental e sério. Os ciclos econômicos entre os diferentes países Europeus ainda estão bastante desincronizados, e por isso, a política monetária não tem objetivos precisos de como tomar medidas conjunturais. Com as conjunturas desincronizadas, as posições fiscais têm a tendência de desenvolver-se em diferentes direções. Com as grandes economias na Europa fracas, e com uma grande parte das economias pequenas em forte conjuntura, a política monetária se encontrou num estado de confusão e ficou quase paralisada. Nos primeiros meses de 1999, apareceu o perigo de que não haveria nenhuma política econômica comum na Europa, com taxas de crescimento e posições fiscais correndo em diferentes direções. Adicionalmente, e de uma forma mais fundamental, os mercados financeiros também tinham dificuldade em aprender que não se pode avaliar o espaço do euro com os olhos do passado. As características das políticas monetárias do passado na Europa foram complexas, mas estruturadas. No centro do sistema havia o Deutsche Bundesbank, que tinha uma reputação prestigiosa

² Banco Central Europeu, Boletim Mensal, Março 2000, p. 48.

em manter a estabilidade de preços. Muitos outros países participantes no SME imitavam, claramente, a política monetária do Bundesbank. Portanto, alguns países se caracterizaram por suas desvalorizações quase regulares. Como fator central aparece hoje a mudança de que a política monetária e fiscal entra numa nova etapa caracterizada por uma política monetária que se concentra unicamente no objetivo de estabilidade de preços, e uma política orçamental que está orientada na eficiência de gastos e juros. Assim a moeda única na Europa não deve tornar-se um veículo da conjuntura, mas como uma medida para criar um fundo de grande e profunda liquidez. Sob essa forma, o euro já é um sucesso. Agora a Europa encontra-se num processo de profunda reestruturação, e um dos seus fatores mais importante é a existência de um mercado comum com uma moeda única. Um euro transitoriamente fraco ajudou as conjunturas européias e foi um benefício numa época em que não se podia aplicar os demais mecanismos e quando os outros efeitos da integração ainda não apareciam.

Além do mais, o crescimento econômico nos Estados Unidos parece tornar-se mais fraco, enquanto na Europa há visíveis tendências de que nos anos futuros as taxas de crescimento irão subir. Com as taxas de juros ainda bastante baixas, a possibilidade é boa para que o BCE possa evitar conflitos internos e encontrar os seus próprios indicadores e instrumentos para conduzir a sua política monetária adequada. Por isso, o euro mantém a potencialidade de estabelecer-se como uma moeda estável e forte, e parece cedo demais assumir que o Euro seja inadequado para a função de uma moeda de reserva internacional.

Como mostra a balança de pagamentos, a área de euro continua registrar um superávit na balança corrente com uma forte posição no comércio de bens. Nos últimos anos, a área de euro foi um grande exportador de capital, especificamente em investimentos diretos (ver tab. 1), significando que as empresas européias estão muito ativas em colocar-se no mundo globalizado.

Retrospectivamente, pode-se constatar que juridicamente e tecnicamente, as preparações para a introdução do euro foram bem feitas, com uma garantia constitucional para a independência do Banco Central Europeu e uma obrigação estrita para a garantia da estabilidade monetária.

Tab. 1

Balança de pagamentos da área do euro (em EUR bilhões)

Ano	Balança corrente	Balança de bens	Balança financeira	Investimento direto
1998	60,3	118,8	- 69,1	- 183,0
1999	43,2	99,9	- 62,7	- 212,5

Fonte: Banco Central Europeu

No futuro, os problemas centrais se encontram em três âmbitos: Primeiramente, o BCE precisa estabelecer confiança. Ainda faltam sinais claros sobre a forma concreta da política monetária. As operações do Bundesbank foram transparentes no

sentido que as suas medidas monetárias foram baseadas no conceito do controle da massa monetária M3. Como foi demonstrado muitas vezes, o Bundesbank sabia como utilizar as tecnicidades para alcançar esta meta monetária intermediária. Adicionalmente, desde os anos 70, o Bundesbank anunciou a taxa de crescimento da massa monetária para o ano seguinte e publicou mensalmente os resultados. O BCE, no entanto, ainda está no processo de experimentar com os instrumentos e tenta encontrar os seus próprios indicadores.

Em segundo lugar, ainda não estão certos de como o processo de decisões irá funcionar. No Conselho do BCE entram diversos interesses dos diferentes países e falta a transparência de como os membros vão encontrar métodos para resolver conflitos. Os favoráveis à introdução do Euro esperavam que a moeda única fosse ajudar a formar uma identidade entre os membros, porém os adversários pensavam que para manter uma política monetária comum, o sentimento da identidade é a precondição indispensável.

Por último, existe o problema de que as economias do espaço Euro não estão bem sincronizadas. Pois se a idéia principal da construção do BCE é a orientação estrita na meta da estabilidade de preços, no campo político e na opinião pública de vários países a idéia que a política monetária deve ser usada para alcançar metas de política econômica específicas – como, por exemplo, o nível do emprego - ainda estão bem vivas.

Dissertações de mestrado defendidas no curso de Pós-Graduação em Economia da UFSC. – 1997/2000

- AMAL, Mohamed. *Os determinantes do investimento direto externo no Brasil.* Florianópolis, 2000. 106 p. Orientador: Prof. Fernando Seabra.
- BELTRAME, Elisiane. *Tecnologia e padrão de concorrência da indústria de revestimentos cerâmicos de Santa Catarina.* Florianópolis, 1997. 130 p. Orientador: Prof. Edvaldo Alves de Santana.
- COELHO, Jailson. *Perdas sociais e práticas monopolísticas: a indústria de cimento no Brasil.* Florianópolis, 1997. 93 p. Orientador: Prof. Duílio de Ávila Bêrni.
- CONINCK, José Osvaldo. *A idéia do subdesenvolvimento em Prebisch.* Florianópolis, 2000. 140 p. Orientador: Prof. Nildo Domingos Ouriques.
- CORRÊA, David Pedroso. *O papel do empreendedor no crescimento da firma: dois estudos de caso.* Florianópolis, 2000. 158 p. Orientador: Prof. Duílio de Ávila Bêrni.
- FEIJÓ, Flavio Tosi. *Os determinantes das exportações de produtos brasileiros para a Argentina: Uma análise econométrica.* Florianópolis, 1999. 66 p. Orientador: Prof. Fernando Seabra.
- FICHE, Marcelo Estrela. *Incidência de impostos indiretos e preços relativos: uma comparação de metodologia de insumo-produto.* Florianópolis, 2000. Orientador: João Rogério Sanson.
- GASTALDON, Muriel Canto. *O segmento plástico no Sul Catarinense: uma abordagem sobre a situação recente à luz da problemática dos clusters e distritos industriais.* Florianópolis, 2000. 225 p. Orientador: Prof. Hoyêdo Nunes Lins.
- GONÇALVES, Flavio de Oliveira. *Capital humano, difusão tecnológica e convergência de rendas per capita: uma análise de painel de dados para os estados brasileiros de 1985 a 1995.* Florianópolis, 1998. 72 p. Orientador: Prof. Fernando Seabra.
- GONÇALVES, José Correia. *Avaliação do centro tecnológico moveleiro no cluster industrial de móveis de São Bento do Sul – SC.* Florianópolis, 2000. 110 p. Orientador: Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cário.
- GRADE, Marlene. *MST: Luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista.* Florianópolis, 1999. 318 p. Orientador: Prof. Idaletto Malvezzi Aued.

JUNIOR, Omar Cesar Pontes. *Investigação da eficiência no mercado de açúcar da BM&F*. Florianópolis, 2000. Orientador: Prof. Celso Leonardo Weydmann.

KIELING, Antônio Claudio. *Capacidade Dinâmica da firma como fonte de vantagem competitiva*. Florianópolis, 2000. 110 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – CPGE-UFSC. Orientador: Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cário.

KORBES, Paulo José: *Indicadores do mercado acionário brasileiro: análise comparativa entre ponderação pelo valor de mercado e ponderação pelo índice de liquidez*. Florianópolis, 2000. Orientador: Fernando Seabra.

NASCIMENTO, Ezequiel de Oliveira. *Padrão de concorrência e estratégias competitivas nas empresas líderes de papel tissue no Brasil*. Florianópolis, 1999. 138 p. Orientador: Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cário.

NETO, Avelino Balbino da Silva. *Competitividade e desempenho competitivo no nível da firma: análise comparativa de conceitos e de indicadores*. Florianópolis, 2000. 147 p. Orientador: Prof. Edvaldo Alves de Santana.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Corrêa Nunes Viana. *O surgimento das estruturas híbridas de governança na indústria de energia elétrica no Brasil: a abordagem institucional da economia dos custos de transação*. Florianópolis, 1998. Orientador: Prof. Edvaldo Alves de Santana.

PEREIRA, Ana Paula Menezes. *O modelo de bandas cambiais com realinhamento: teoria e aplicação ao caso brasileiro*. Florianópolis, 1998. 90 p. Orientador: Prof. Fernando Seabra.

PINHEIRO, Jane Rosiclei. *Capacitação tecnológica na indústria de máquinas agrícolas no Rio Grande do Sul*. Florianópolis, 1999. 98 p. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.

PRADO, Evandro José da Silva. *A inovação nas incubadoras tecnológicas: uma análise sob a ótica das patentes*. Florianópolis, 1999. 128 p. Orientador: Prof. Renato Ramos Campos.

QUEIROZ, Jamerson Viegas. *O parque siderúrgico da Amazônia avaliado a partir do Diamante de Porter*. Florianópolis, 2000. 82 p. Orientador: Prof. Edvaldo Alves de Santana.

ROTTA, Debora Nayar Hoff. *Uma análise das perspectivas de desintegração vertical da produção florestal de uma empresa de papel e celulose: o caso da Klabin*. Florianópolis, 2000. 150 p. Orientador: Prof. Luiz Carlos de Carvalho Junior.

SBRUZZI, Liane. *Centro de Tecnologia em Cerâmica*: um estudo de caso sobre cooperação universidade-empresa. Florianópolis, 1999. 123 p. Orientador: Prof. Sílvio Antônio Ferraz Cário.

SILVA, Josiane Kuhnen da. *Integração Monetária*: Avaliação e perspectiva dos casos europeu e mercosul. Florianópolis, 2000. 91 p. Orientador: Prof. Fernando Seabra.

SIMIONI, Flávio José. *Cadeia Agroindustrial da Maçã*: competitividade reestruturação diante do novo ambiente econômico. Florianópolis, 2000. 161 p. Orientador: Prof. Laércio Barbosa Pereira

SILVEIRA, Jaylson Jair da. *Abordagem dos ciclos endógenos*: uma resenha da modelagem dos ciclos de negócios fundamentada no conceito de ciclo limite e no teorema de Poincaré-Bendixson. Florianópolis, 1998. 201 p. Orientador: Prof. Jean-Luc Rosinger.

TURMINA, Sandra Caroline. *Base institucional e competitividade do cluster de confecção de Criciúma/SC*: observações com base na análise fatorial de correspondências e no método de classificação. Florianópolis, 1999. 156 p. Orientador: Prof. Hoyêdo Nunes Lins.

VINHAES, Élbia Aparecida Silva. *A reestruturação da indústria de energia elétrica brasileira*: uma avaliação da possibilidade competição através da teoria de mercados contestáveis. Florianópolis, 1999. 120 p. Orientador: Prof. Edvaldo Alves de Santana.

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail depcnm@cse.ufsc.br.

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*

Revisão de português: *Vicente V.de Bona Sartor*

Apoio: *Direção do Centro Sócio-Econômico – UFSC*